

Mínimo tem que ser maior	01
Brasil tem desemprego abaixo da média mundial	02
México: Solidariedade Reprimida	03
Solidariedade aos Trabalhadores da Fiat Mirafiori	04
"Esse jogo feio e sem fim do processo de paz está encerrado".	05

INTERNACIONAL

Mínimo tem que ser maior

CUT espera que novo governo continue política de valorização do mínimo

O secretário-geral da **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**, **Quintino Severo**, disse hoje (26) esperar que seja implementada uma política de valorização do salário mínimo na atual gestão, assim como foi feito durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



"Queremos que o governo justifique por que não pode ser um valor superior aos R\$ 545 ou R\$ 550. Entendemos que é necessário continuar o processo de valorização do salário mínimo que vem acontecendo desde 2007, com o acordo firmado com o governo (anterior)."

O **secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna**, disse que está confiante numa boa negociação. "A experiência do governo nos últimos anos demonstrou uma sensibilidade política e capacidade de negociação. Acredito que esse início de negociação poderá ser positivo tanto para os trabalhadores quanto para as contas do [novo] governo".

As centrais querem uma correção da tabela do Imposto de Renda em 6,47%, valor da inflação de 2010. Segundo Severo, a intenção das centrais é fechar um acordo para o IR que valha para os próximos anos.

"(Queremos) retomar o acordo que tínhamos com o governo anterior, que era de uma correção de 4,5% ao ano e o último ano de correção foi 2010. Queremos um acordo que garanta uma correção para os próximos anos. Grande parte das categorias tiveram ganho real e, se não houver a correção da tabela, esse ganho acaba desaparecendo", explicou.

As centrais pedem o reajuste do salário mínimo para R\$ 580, uma correção de 6,47% da tabela do Imposto de Renda e um repasse de 80% do valor que for definido para o mínimo aos aposentados que ganham mais de um salário. (*Agência Brasil, 26.01.2011*)

Reunião não avança

Primeira reunião entre centrais e governo Dilma termina sem avanços

A primeira reunião formal entre o governo Dilma e as centrais sindicais para discutir o aumento do salário mínimo terminou sem avanços. Ficou acertada mais uma reunião, em 2 de fevereiro. O governo continua defendendo um mínimo de R\$545, e as centrais não abrem mão de R\$580. O aumento de 10% para aposentados não foi discutido. Mas o governo sinalizou com a possibilidade de reajuste de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoa física, abaixo dos 6,46% pedidos pelos sindicalistas.

A reunião foi coordenada pelo ministro da Secretaria Geral, Gilberto Carvalho, que defendeu o acordo feito entre o governo Lula e as centrais em 2007, estabelecendo o reajuste do salário mínimo com base na inflação mais a variação do PIB de dois anos antes. Gilberto afirmou que a política de reajuste do governo garantiu ganho real para o mínimo de 62,4% entre dezembro de 2003 e dezembro de 2010:

- Temos honra dessa política. No espírito do acordo de 2007, estamos propondo esse reajuste que leva o mínimo a R\$545, entendendo que se trata de um período em que o PIB de 2009 teve queda, mas já sabendo que no ano que vem temos uma previsão, baseada no PIB de 2010, de um importante aumento, que pode chegar a 12%, 13%. Reafirmamos a inconveniência de mexer nesse acordo.

Mas os sindicalistas continuaram defendendo a necessidade de um aumento maior, sob o argumento de que todos foram atingidos pela crise econômica de 2008. E querem uma reunião com Dilma Rousseff.

- O governo apresentou a proposta de continuar a política do salário mínimo, com compromisso de mantê-la até 2015, mas queremos uma excepcionalidade para 2011 - disse o presidente da CUT, Artur Henrique.

- Ninguém de nós esperava que tudo seria resolvido hoje (ontem) - afirmou o presidente da Força Sindical, deputado Paulinho da Força (PDT-SP). *(O Globo, 26.01.2011)*

Brasil tem desemprego abaixo da média mundial

Pela primeira vez, o Brasil apresenta uma taxa de desemprego abaixo da dos países ricos e, pelo menos nas áreas metropolitanas, abaixo da média mundial. Além disso, um jovem em busca de emprego encontrará uma oportunidade mais facilmente no Brasil do que nas grandes cidades europeias ou americanas. Há mais jovens desempregados nos Estados Unidos e na Europa que no Brasil, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O problema é que a qualidade dos empregos ainda é baixa e o País não consegue gerar maior produtividade ao trabalhador, que começa a ser superado pelos chineses.

O fenômeno da troca de posições entre emergentes e ricos é um espelho de uma situação no mercado de trabalho que tem surpreendido até mesmo os especialistas. O desemprego não caiu nos países ricos, apesar do fim da recessão, enquanto em algumas das grandes economias emergentes chega a faltar mão de obra. "Hoje, o Brasil está em uma situação melhor que antes da crise em termos de geração de emprego", afirma Theo Sparreboom, economista da OIT.

Antes da crise, em 2007, a taxa de desemprego no Brasil era de 8,2%. Hoje, é de 5,7%. Em 2007, o mundo apresentava desemprego de 5,6%. Atualmente, chega a 6,2%. Nos países ricos, a taxa é de 8,8% em 2010, ante meros 5,8% em 2007. "O Brasil é um dos raros casos onde há uma tendência contrária ao que ocorre pelo mundo", diz a OIT. Segundo o governo, 2,5 milhões de empregos foram criados em 2010.

A situação dos jovens é um exemplo dessa troca de posições entre emergentes e ricos. Em 2007, ano que antecedeu a pior crise econômica mundial em sete décadas, a situação dos jovens era exatamente a oposta do que se vê hoje. Naquele ano, apenas 12,4% dos jovens nos países ricos não tinham trabalho. O número aumentou em 2010 para 18,2% e não há sinais de queda. Um dos países onde a situação é mais crítica é a Espanha, destino de 5 milhões de imigrantes em apenas dez anos em busca de trabalho. Muitos eram jovens. Em 2010, o desemprego entre jovens chegava a 39%. Seria de 45% se contasse aqueles que já desistiram de buscar trabalho. *(Agência Estado, 25.01.2011)*

Solidariedade Reprimida

Agente de fronteira mexicano prende sindicalista do USW

O **United Steelworkers (USW)**, sindicato dos metalúrgicos canadenses condenou a detenção de um de seus representantes internacionais pela polícia alfandegária mexicana.

Manny Armenta, diretor de sub-distrito em Albuquerque, NM, foi preso quando se encaminhava para encontrar com advogados do sindicato dos mineiros mexicano, Los Mineros. O USW tem apoiado a luta dos mineiros mexicanos que travam uma greve que já alcança quase quatro anos na mina de cobre em Cananea, no estado mexicano de Sonora.

**Manny Armenta, à frente de seus
companheiros em Albuquerque**



Um oficial de fronteira mexicano parou o carro de Armentas cerca de 2:00 horas da tarde, acusando-o de dirigir um automóvel roubado. Armenta retrucou com a apresentação da documentação do veículo. Depois de revistar o veículo com uso de cachorros, o oficial tentou extorquir uma multa de 185 mil pesos (cerca de 25 mil reais). Quando Armenta se recusou a pagar, foi detido, passando a noite na cadeia. Ele foi solto na terça-feira, depois de depositar uma fiança de 80 mil pesos.

O carro de Armenta foi apreendido e não devolvido. A sua mala foi tirada dele durante a prisão e depois devolvida com a subtração de US\$ 700.

“Leo W. Gerard, presidente do USW, declarou: “Este ultrajante tratamento dado pelas autoridades federais mexicanas mostra a extensão da corrupção governamental”, acrescentando, “nós exigimos o cancelamento dessas falsas multas e a imediata devolução da propriedade do sindicato bem como os pertences de Manny.”

“É irônico que a pesar do governo Ter emitido mais de mandatos contra German Larrea – dono do Grupo México – as autoridades nunca foram capazes de prendê-lo. E Manny foi preso por ajudar os mineiros mexicanos a lutarem por seus direitos”, ele completou.

Para Gerard, com a prisão de Manny, “o governo mexicano está tentando intimidar os mineiros do cobre de exercerem seus direitos”.

México: Dias de Luta Mundial

O sindicato dos mineiros mexicanos recebe com satisfação o anúncio do Dia Global de Luta em fevereiro

O sindicato dos mineiros mexicanos “reitera o apoio a sua atual orientação e política em sua assembleia nacional dos dias 10 e 11 de Janeiro, num momento que o sindicato se prepara para o dia de ação global de 14 a 19 fevereiro, em reclamação de direitos sindicais, no México”.

A Assembleia Nacional dos Mineiros afirmou que “a solidariedade eficaz é a melhor ferramenta para fortalecer a unidade que nos dá a força e a resistência na transformação da realidade em benefício dos trabalhadores e do povo”, e recebeu com satisfação os próximos dias de ação global pelo México.

Reivindicando os direitos sindicais no México, os dias de luta global terão lugar de 14 a 19 de Fevereiro, que coincide com o quinto aniversário da morte de 65 mineiros no desastre da mina de Pasta de Conchos em 19 de fevereiro de 2006.

A Federação Internacional dos Metalúrgicos (FITIM), a Federação Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas (ICEM), a Federação Internacional dos Trabalhadores no Transporte (ITF) e a UNI Sindicato Global pediram aos seus membros que realizem ações de apoio ao sindicato dos Mineiros mexicanos e a outros sindicatos independentes no México em fevereiro próximo.

Solidariedade aos Trabalhadores da Fiat Mirafiori

Companheiros,

Tomamos conhecimento do acordo junto ao Grupo Fiat, aprovado pelos Trabalhadores na planta de Mirafiori, contendo uma série de concessões.

Sabemos que as sérias ameaças da Fiat tiveram impacto na posição de alguns sindicatos e da decisão majoritária dos trabalhadores. As práticas anti-sindicais da Fiat infelizmente ocorrem no mundo todo. No Brasil não é diferente.

Por isso, a **Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT**, representando cerca de 1 milhão de trabalhadores e trabalhadoras do setor no Brasil, entende e respeita o posicionamento da FIOM-CGIL sobre o acordo, apesar da aprovação dos metalúrgicos italianos envolvidos.

Como parceiros históricos dos metalúrgicos do Brasil, contem com nossa solidariedade durante os atos do dia 28 de janeiro. Informaremos aos metalúrgicos brasileiros, especialmente os na Fiat, sobre estas novas ameaças da empresa e sobre vossa luta.

Em solidariedade,

Carlos Alberto Grana, Presidente Valter Sanches, Secretário de Relações Internacionais



Fiat ameaça direitos na Itália

Metalúrgicos na Fiat ligados à FIOM-CGIL protestam contra retirada de direitos na Itália

Atos realizados nesta sexta-feira (28) em todo o país mobilizaram os companheiros que atuam no chão de fábrica nas plantas da Fiat. A greve geral, convocada pela entidade envolveu milhares de metalúrgicos, que cruzaram os braços durante oito horas

Não foi um ato só dos metalúrgicos, mas de estudantes, trabalhadores temporários e dos aposentados, que marcharam pelas ruas das cidades, reivindicando contratos e direitos. O protesto veio depois dos acordos separados na fábrica da Fiat em Pomigliano, em primeiro lugar e, em seguida em Mirafiori, que prevêem a retirada de direitos dos trabalhadores.

Maurizio Landini, secretário-geral da FIOM-CGIL diz que "Hoje as fábricas pararam porque os trabalhadores não querem o modelo Marchionne de trabalho".

Esta sexta-feira foi um dia de protestos envolvendo várias cidades da península. Uma passeata enorme se juntou em torno dos metalúrgicos do norte para o sul da Itália, passando não só pelas cidades onde há fábricas da Fiat (Turim, Cassino, Pomigliano, Termini Imerese, Melfi e Termoli), mas também em regiões onde existem empresas na luta pela defesa dos empregos.

De particular importância foram os atos em Turim, cidade sede da Fiat Mirafiori, protagonista do último referendo sobre o acordo entre a empresa e os sindicatos. Milhares de manifestantes criaram uma colorida procissão que partiu da Porta Susa e chegou na Piazza Castello.

Os efeitos do acordo não devem ser apreciados em abstrato, mas sobre o que significam na prática, ou seja, nas condições de vida dos trabalhadores.

A FIOM-CGIL afirmou que tem o dever de indicar os caminhos para construção de um processo governamental, pedindo mais investimento e apontando para os padrões de desenvolvimento sustentável, já que para a entidade, este é o caminho para sair da crise econômica, em vez de limitar o direito de greve no setor privado. (Valter Bittencourt - *Imprensa CNM/CUT, com informações da FIOM-CGIL*)

"Esse jogo feio e sem fim do processo de paz está encerrado"

Os documentos obtidos pela TV Al Jazeera e divulgados pelo jornal inglês The Guardian sobre os bastidores das negociações entre autoridades israelenses e palestinas mostram que essa política é um fracasso absoluto, trazendo ruína para os palestinos e beligerância crescente ao completamente desimpedido, agressivo e errático Estado de Israel, atualmente praticando uma forma de apartheid contra os palestinos. A postura fraca e incompetente das lideranças palestinas é o oposto de uma representação nacional digna e honrada, e prova sua inutilidade descartável. O artigo é de Karma Nabulsin.

The Palestine papers



Karma Nabulsin - Guardian

O processo de paz é uma vergonha. Os palestinos devem rejeitar seus líderes e reconstruir seu movimento.

Acabou. Dada a natureza chocante, extensa e o detalhe dessas revelações medonhas por trás das portas fechadas do processo de paz do Oriente Médio [nos documentos revelados segunda-feira pelo jornal The Guardian], esse jogo feio e que parece sem fim do processo de paz está finalmente encerrado. Nenhum dos vilões do lado palestino pode sobreviver a isso. Com alguma sorte, o horror total dessa denúncia de como os EUA e a Grã Bretanha facilitaram e até implementaram, secretamente, a expansão militar israelense – enquanto criavam uma oligarquia para administrá-la – pode ter superado os interesses entrincheirados e a venalidade que capturaram o processo de paz em curso. Um pequeno grupo de homens que profanaram a esfera pública palestina com suas atividades privadas agora está exposto.

Para nós, palestinos, essas denúncias detalhadas da rendição secretamente negociada de cada um de nossos direitos fundamentais, segundo o direito internacional (o de retorno de milhões de palestinos refugiados, contra a anexação da Jerusalém árabe, contra os assentamentos ilegais) não são surpresa. Trata-se de algo que todos sabíamos – a despeito dos protestos oficiais dizendo o contrário – porque nós sentimos os efeitos destrutivos dessas coisas diariamente. O mesmo é verdade para o papel vergonhoso dos EUA e da Grã Bretanha, ao criarem um "bantustão" de segurança, arruinando com nossa vida comunitária e com nosso espaço político. Nós já sabíamos, porque sentimos seus efeitos fatais.

Para a esmagadora maioria dos palestinos, a política oficial palestina ao longo das décadas passadas tem sido a antítese de uma legítima, ou representativa ou mesmo coerente estratégia para obter nossa liberdade negada há tanto tempo. Mas essa consideração sóbria do nosso atual estado de coisas, acompanhada pelos protestos em massa da sociedade civil, de campanhas tocadas por cidadãos palestinos tem sido insuficientes até agora para nos libertar dessa situação.

A publicação desses documentos é um acontecimento histórico tão importante porque destrói os últimos traços de credibilidade desse processo de paz. Tudo o que resta a fazer repousa no seguinte axioma: que cada iniciativa nova ou série de negociações com os israelenses, que toda política ou programa (inclusive a criação de instituições não democráticas sob ocupação militar) devem se apresentar como operando em boa fé, sob condições rígidas: devem ser necessárias para a paz e a serviço de nossa causa nacional. Políticos de ambos os lados jogaram um papel duplo com os palestinos. Agora está registrado que eles traíram, mentiram e trapacearam com diretos básicos, enquanto, ao mesmo tempo, diziam-se merecedoras da confiança do povo palestino. >>>>

>>> "Esse jogo feio e sem fim do processo de paz está encerrado"

Essa alegação da capacidade representativa – e, pior, a afirmação de que estavam representando os interesses dos palestinos em sua luta por liberdade – se tornou cada vez mais fraca nos últimos 15 anos. A alegação de que estavam agindo de boa fé caiu absolutamente por terra com as publicações desses documentos (24/01/2011), e com as informações a serem reveladas ao longo desta semana. Qualquer que seja a inclinação política dos poderosos, ninguém, nem os estadunidenses, nem os britânicos, as Nações Unidas e especialmente não os dirigentes palestinos podem afirmar que a negociata toda não é outra coisa que um processo brutal de subjugo de todo um povo.

Por que se chegou tão longe, a um custo tão alto? E por que os palestinos também não foram capazes de criar uma representação democrática tão urgentemente necessária para o avanço de sua causa? Israel, juntamente com aqueles que partilham de sua visão de mundo diriam que o problema repousa nos próprios palestinos, sendo parte da cultura política árabe que só gera governos autoritários ou terroristas. E isso que aquilo que esses documentos relevam é a extensão de uma não democrática, autoritária, colonial e francamente aterradora coerção que os EUA, a Grã Bretanha e outros governos ocidentais tem imposto aos palestinos, através dessa liderança inconsequente.

O poder ilimitado dos EUA, a superpotência global que tem (agora documentadamente e em detalhes repugnantes) tomado um partido nesse conflito pode ser visto em cada página. Todos estão implicados, do presidente ao secretariado de estado, dos generais, que criaram as forças de segurança para implementarem essas políticas à equipe da embaixada envolvida na sua execução diária.

Os documentos mostram que essa política é um fracasso absoluto, trazendo ruína para os palestinos e beligerância crescente ao completamente desimpedido, agressivo e errático Israel, atualmente praticando uma forma de apartheid dos palestinos que dominam pela força.

Esse desequilíbrio de poder só pode ser corrigido eficazmente da mesma maneira que todo movimento de liberação nacional o fez, no passado: através da força inexpugnável de um mandato popular. Ho Chi Minh sentando com os franceses para conversar, ou Nelson Mandela negociando com o regime do apartheid, incorporando essa legitimidade popular, e na verdade se comprometendo com seus princípios e negociando posições a partir deles.

Do lado positivo, essas negociatas eventualmente vindo à tona fariam com que os palestinos compreensivelmente as rejeitassem. Mas a pior traição tem sido aquilo que essa hipocrisia legou para as gerações mais jovens de palestinos. Esses governantes levaram uma nova geração a acreditar que a participação na esfera pública é uma maneira de se dar bem na vida e que se juntar a qualquer partido político é o método menos viável de se chegar ao poder e gerar mudança.

Embora seu exemplo danoso, eles alienaram os jovens palestinos de sua própria história de resistência à dominação colonial e militar, de modo que agora eles acreditam que dezenas de milhares de imaginativos, brilhantes e extraordinários palestinos bravos nunca existiram ou, pior, lutaram e morreram por nada. Isso lhes custa a capacidade de levar a cabo qualquer método e técnicas de mobilização de que se podem dispor hoje – os mecanismos democráticos e coletivos que são mais necessários do que nunca. Eles deram à juventude a ideia de que não há virtude na organização coletiva, o mecanismo por meio do qual a mudança democrática popular é feita e mantida.

A cada vez mais popular visão de que a revolução palestina fracassou desde o começo, de que sempre foram corruptos, dirigidos a partir de cima, nunca a partir dos de baixo, é falsa – mas esse diagnóstico ganhou credibilidade através das ações do atual regime. O comportamento dos atuais governantes quase apagou o registro da história da contribuição dada por dezenas de milhares de palestinos comuns que, com toda sua força e devoção à vida pública lutaram por princípios e criaram uma auto representação real e democrática, sob as piores condições. Esta é a nossa mais valiosa liberdade, pela qual vale muito a pena lutar: a publicação desses documentos devastadores pavimenta o caminho da sua restauração. Karma Nabulsi é acadêmica em Oxford e ex-membro da Organização pela Libertação da Palestina – OLP (*Tradução: Katarina Peixoto*) (*Carta Maior, 25.01.2011*)